



O Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco e a Gestão das Águas: O Conflito Exposto a Partir da Transposição do Rio São Francisco
Ana Paula Novais Pires, Doutorado, anapaulapires05@yahoo.com.br
Antonio Cezar Leal / GADIS

Introdução: O Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco (CBHSF), criado por Decreto Presidencial em 2001, objetiva realizar a gestão descentralizada e participativa das suas águas. O Rio São Francisco escoia superficialmente por 2700 km entre a nascente, na Serra da Canastra (MG), à foz, entre Sergipe (SE) e Alagoas (AL). O rio abrange ainda os Estados da Bahia (BA), Pernambuco (PE), parte de Goiás (GO) e do Distrito Federal (DF). A centralidade aqui exposta sobre a transposição do Rio São Francisco reside na questão do CBHSF protagonizar um conflito de gestão das águas, um contrassenso referente ao seu poder funcional, contrário ao projeto, e o Governo Federal, que aprovou o orçamento e iniciou as obras. Desse modo, esse estudo objetiva analisar a gestão hídrica na bacia hidrográfica do Rio São Francisco a partir do CBHSF, para compreender como a aprovação do projeto e as obras da transposição rebateram na representatividade legal do comitê. **Metodologia/ Desenvolvimento:** Com uma abordagem qualitativa, o estudo será dividido em pesquisa teórica, embasada em autores que estudam a temática da água e a sua transformação em recurso e o *coronelismo das águas* no Nordeste Semiárido no contexto da transposição; a dinâmica natural e a política na bacia hidrográfica; além do papel dos comitês de bacias no processo de descentralização na gestão hídrica brasileira, especificando o Rio São Francisco, seu comitê interestadual e os comitês estaduais. As pesquisas documentais serão contempladas na Política Nacional de Recursos Hídricos, Lei N.º 9.433/1997; nas políticas hídricas estaduais; nos acervos documentais dos comitês de bacias (interestadual e estaduais), além de órgãos que participam do projeto de integração, como a Agência Nacional de Águas (ANA), o Ministério da Integração (MI) e o Ministério do Meio Ambiente (MMA). Demais dados serão obtidos com a utilização de roteiros de entrevistas semiestruturados aos presidentes dos comitês de bacias, além de visitas às obras da transposição e da participação em reuniões do CBHSF. **Considerações finais:** A transposição do Rio São Francisco pode evidenciar como a herança centralizadora do governo brasileiro põe em cheque o processo participativo no âmbito dos comitês de bacias, o atropelo institucional e legal e, no que tange à água no Semiárido Nordestino, a persistência da secular indústria da seca.

Palavras-Chave: Rio São Francisco. Gestão das águas. Comitê de bacia. Transposição.